

POR UMA ARQUITETURA MEDIADORA:

Teoria crítica e práticas insurgentes na produção do espaço popular em Belém do Pará

Emilly dos Santos Borges

Universidade Federal do Pará | emillyborges.arq@gmail.com

EIXO TEMÁTICO: 5° Seminário de Arquitetura Vernacular/Popular | Projeto, Tradição e Contemporaneidade

Resumo: Este artigo analisa criticamente a produção do espaço urbano em Belém do Pará a partir das contradições entre projetos urbanos orientados pela lógica do valor de troca e práticas espaciais fundamentadas no valor de uso, nos saberes vernaculares e na reprodução da vida cotidiana. O estudo toma como referência empírica o contraste entre a Estação das Docas – espaço requalificado sob a lógica do consumo, da financeirização e da mercantilização do espaço público – e o Complexo do Ver-o-Peso, território de resistência marcado pelo trabalho informal, pela permanência de práticas tradicionais e pela produção coletiva do espaço. Fundamentado teoricamente nas contribuições de David Harvey sobre a produção capitalista do espaço e a acumulação por espoliação, bem como nos debates sobre direito à cidade, arquitetura vernacular e assessoria técnica popular, o artigo busca identificar práticas insurgentes que contestam a homogeneização urbana. Como objetivo central, propõe-se discutir o reposicionamento ético e operativo do arquiteto enquanto mediador e tradutor técnico entre saberes institucionais e saberes comunitários, compreendendo a mediação como prática política situada. A metodologia combina revisão bibliográfica crítica e análise socioespacial do contexto urbano de Belém, dialogando com experiências de resistência e autogestão em áreas centrais da cidade. Conclui-se que a arquitetura, ao assumir um papel mediador, pode atuar como instrumento de fortalecimento do valor de uso e de ampliação das capacidades coletivas de produção do espaço, contribuindo para a construção do direito à cidade como processo contínuo de disputa e invenção social.

Palavras-chave: produção do espaço; arquitetura vernacular; mediação técnica; direito à cidade; Belém.

Toward a Mediating Architecture: Critical Theory and Insurgent Practices in the Production of Popular Space in Belém do Pará

Abstract: This article critically analyzes the production of urban space in Belém do Pará based on the contradictions between urban projects oriented by the logic of exchange value and spatial practices grounded in use value, vernacular knowledge, and the reproduction of everyday life. The study takes as its empirical reference the contrast between Estação das Docas—an urban space redeveloped under the logic of consumption, financialization, and the commodification of public space—and the Ver-o-Peso Complex, a territory of resistance marked by informal labor, the persistence of traditional practices, and the collective production of space. Theoretically grounded in David Harvey's contributions on the capitalist production of space and accumulation by dispossession, as well as in debates on the right to the city, vernacular architecture, and popular technical assistance, the article seeks to identify insurgent practices that challenge urban homogenization. Its central objective is to discuss the ethical and operative repositioning of the architect as a mediator and technical translator between institutional and community-based knowledge, understanding mediation as a situated political practice. The methodology combines a critical literature review with a socio-spatial analysis of Belém's urban context, engaging with experiences of resistance and self-management in central areas of the city. It concludes that architecture, by assuming a mediating role, can act as an instrument for strengthening use value and expanding collective capacities for space production, contributing to the construction of the right to the city as a continuous process of dispute and social invention.

Keywords: production of space; vernacular architecture; technical mediation; right to the city; Belém.

Hacia una Arquitectura Mediadora: Teoría Crítica y Prácticas Insurgentes en la Producción del Espacio Popular en Belém do Pará

Resumen: Este artículo analiza críticamente la producción del espacio urbano en Belém do Pará a partir de las contradicciones entre proyectos urbanos orientados por la lógica del valor de cambio y prácticas espaciales fundamentadas en el valor de uso, en los saberes vernaculares y en la reproducción de la vida cotidiana. El estudio toma como referencia empírica el contraste entre la Estación das Docas—espacio revalorizado bajo la lógica del consumo, la financiarización y la mercantilización del espacio público—y el Complejo del Ver-o-Peso, territorio de resistencia marcado por el trabajo informal, la permanencia de prácticas tradicionales y la producción colectiva del espacio. Fundamentado teóricamente en las contribuciones de David Harvey sobre la producción capitalista del espacio y la acumulación por desposesión, así como en los debates sobre el derecho a la ciudad, la arquitectura vernacular y la asesoría técnica popular, el artículo busca identificar prácticas insurgentes que cuestionan la homogeneización urbana. Como objetivo central, se propone discutir el reposicionamiento ético y operativo del arquitecto como mediador y traductor técnico entre saberes institucionales y saberes comunitarios, comprendiendo la mediación como una práctica política situada. La metodología combina una revisión bibliográfica crítica con un análisis socioespacial del contexto urbano de Belém, dialogando con experiencias de resistencia y autogestión en áreas centrales de la ciudad. Se concluye que la arquitectura, al asumir un papel mediador, puede actuar como instrumento para el fortalecimiento del valor de uso y la ampliación de las capacidades colectivas de producción del espacio, contribuyendo a la construcción del derecho a la ciudad como un proceso continuo de disputa e invención social.

Palabras clave: producción del espacio; arquitectura vernacular; mediación técnica; derecho a la ciudad; Belém.

1. INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano nas cidades contemporâneas é atravessada por tensões profundas entre lógicas econômicas hegemônicas e formas cotidianas de apropriação e resistência social. Em certos contextos do capitalismo global, como as cidades amazônicas, essas contradições tornam-se ainda mais evidentes, revelando conflitos entre projetos urbanos orientados pelo valor de troca e práticas espaciais baseadas no valor de uso, nos saberes locais e na reprodução da vida. Em Belém do Pará, esse embate se expressa de forma emblemática no contraste entre a Estação das Docas e o Complexo do Ver-o-Peso, dois territórios contíguos que materializam projetos antagônicos de cidade.

A Estação das Docas, resultado de um processo de requalificação urbana voltado ao turismo e ao consumo, insere-se na lógica da valorização imobiliária, da financeirização do solo e da mercantilização do espaço público. Até hoje ela vem passando por modificações arquitetônicas e de uso em seus vários pavilhões, como a inauguração do Museu das Amazônia no final de 2025. Embora formalmente acessível, seu uso é mediado por práticas de consumo e por mecanismos de controle que restringem a permanência e a apropriação popular. Em contraposição, o Ver-o-Peso que fica ao lado da Estação, mantém-se como um território vivo de trabalho informal e formal, circulação popular e práticas vernaculares, onde o espaço é continuamente produzido e reproduzido por meio de saberes tradicionais, relações comunitárias e usos não mercantis.

Esse contraste evidencia a centralidade da disputa pelo espaço urbano e permite problematizar o papel da arquitetura e do urbanismo na consolidação – ou contestação – dessas dinâmicas. Tradicionalmente associada à mediação técnica de interesses institucionais e mercadológicos, a prática arquitetônica tem sido frequentemente mobilizada como instrumento de legitimação de processos de espoliação e exclusão. No entanto, experiências insurgentes e vernaculares demonstram a existência de outras formas de produzir o espaço, baseadas na autogestão, na cooperação e na centralidade do uso social.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar criticamente a produção do espaço urbano em Belém, articulando as contribuições teóricas de David Harvey sobre a urbanização capitalista com a observação de práticas vernaculares e insurgentes que resistem à lógica da mercantilização. Busca-se, em especial, discutir o reposicionamento ético e operativo do arquiteto enquanto mediador e tradutor técnico entre saberes institucionais e saberes comunitários, compreendendo a mediação não como neutralidade, mas como prática política a ser exercida.

Metodologicamente, o estudo fundamenta-se em revisão bibliográfica crítica, com destaque para os debates sobre produção do espaço, direito à cidade, arquitetura vernacular e assessoria técnica popular, articulada à análise socioespacial do contexto

urbano de Belém. O artigo também dialoga com registros e observações de práticas de ocupação, resistência e autogestão em áreas centrais da cidade, especialmente no entorno do Ver-o-Peso e da Cidade Velha.

2. PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO E ESPOLIAÇÃO

A compreensão da produção capitalista do espaço urbano exige reconhecer que a cidade não é apenas o cenário onde se desenrolam as relações sociais, mas um produto ativo dessas relações. David Harvey demonstra que o espaço urbano desempenha papel estratégico na dinâmica de acumulação do capital, funcionando simultaneamente como condição, meio e resultado dos processos econômicos (Harvey, 1980). A urbanização, nesse sentido, constitui-se como uma das principais estratégias de absorção dos excedentes do capital, sendo continuamente reorganizada para atender às demandas da valorização econômica.

No centro dessa análise está a contradição entre valor de uso e valor de troca. O valor de uso refere-se às qualidades concretas do espaço enquanto suporte da vida cotidiana – a moradia, o trabalho, o encontro, a circulação, a memória. Já o valor de troca reduz o espaço à condição de mercadoria, cujo principal atributo é sua capacidade de gerar renda, lucro e valorização financeira (Lefebvre, 2001). Essa tensão estrutura a produção do espaço urbano e explica a recorrência de conflitos territoriais em áreas submetidas a processos de requalificação e renovação urbana.

Harvey retoma o conceito marxista de acumulação por espoliação para explicar como o capitalismo contemporâneo se apropria de territórios, bens comuns e direitos coletivos por meio de mecanismos aparentemente técnicos e legais (Harvey, 2005). No contexto urbano, essa espoliação manifesta-se na privatização do espaço público, na financeirização da terra e da moradia, nas parcerias público-privadas e na expulsão de populações vulneráveis de áreas valorizadas. Projetos de revitalização, frequentemente apresentados como iniciativas de melhoria urbana, operam como dispositivos de reconfiguração espacial orientados pela lógica do mercado.

A urbanização, nesse contexto, não pode ser compreendida como um processo meramente técnico ou funcional. Trata-se de um campo de disputa no qual o espaço é continuamente reconfigurado para viabilizar novos ciclos de valorização do capital. Harvey destaca que a cidade se torna um dos principais “depósitos” de excedente econômico, absorvendo investimentos por meio de grandes projetos urbanos, infraestrutura e requalificação de áreas centrais. Esse movimento, embora frequentemente legitimado por discursos de modernização e revitalização, tende a aprofundar desigualdades socioespaciais e a fragilizar formas tradicionais de uso e permanência no território.

Em cidades amazônicas, como Belém, esses processos assumem caráter ainda mais assimétrico, uma vez que a incorporação de modelos globais de intervenção urbana

ocorre em contextos marcados por informalidade e desigualdade histórica. A importação de estratégias de requalificação inspiradas em experiências internacionais frequentemente ignora as especificidades locais, produzindo espaços desconectados das práticas sociais existentes, executando por exemplo um projeto totalmente desconexo da realidade e necessidades da cidade. Assim, a urbanização orientada pelo valor de troca opera como força desorganizadora das economias populares e dos modos de vida vernaculares. Em Belém, esses processos assumem contornos específicos. A requalificação de áreas portuárias e centrais, inspirada em modelos globais de 'city marketing', promove a substituição de usos populares por atividades voltadas ao turismo e ao consumo, produzindo espaços homogêneos e controlados. A Estação das Docas exemplifica esse movimento ao transformar um antigo complexo portuário em um enclave de consumo cultural, cuja apropriação é regulada por critérios econômicos e simbólicos.

Esse tipo de intervenção evidencia o papel ambíguo da arquitetura e do urbanismo na produção da cidade contemporânea. Ao mesmo tempo em que são apresentados como instrumentos técnicos de ordenamento e qualificação do espaço, projetos urbanos dessa natureza contribuem para a consolidação da cidade como mercadoria. A estética, a segurança e a "revitalização" tornam-se elementos de uma narrativa que naturaliza a exclusão e obscurece os processos de despossessão subjacentes.

Contudo, a leitura da cidade exclusivamente a partir da lógica da espoliação corre o risco de produzir uma visão determinista, na qual os sujeitos urbanos aparecem apenas como vítimas passivas da dinâmica do capital. Embora fundamental para revelar as estruturas de poder que moldam o espaço, essa abordagem precisa ser complementada pela análise das práticas de resistência e reapropriação que emergem no cotidiano urbano. É nas frestas do tecido da cidade – nos mercados informais, nas ocupações, nos mutirões e nas práticas vernaculares – que se constroem alternativas concretas à urbanização neoliberal.

Nesse sentido, a permanência e a vitalidade do Ver-o-Peso constituem uma forma de resistência espacial que afirma o valor de uso frente às pressões da mercantilização. Ao manter práticas tradicionais de trabalho, circulação e sociabilidade, esse território desafia os processos de homogeneização urbana que tentam impor a eles e revela a capacidade das comunidades locais de produzir e reproduzir o espaço de forma autônoma. A compreensão dessas práticas é fundamental para repensar o papel da arquitetura, deslocando-a de uma função meramente instrumental para uma atuação mediadora e politicamente engajada.

A leitura da produção capitalista do espaço urbano, conforme formulada por Harvey, ganha maior densidade quando articulada às especificidades dos contextos periféricos e latino-americanos. Nesses territórios, a urbanização não se limita à reorganização física do espaço, mas opera como instrumento de reconfiguração social, política e

econômica, frequentemente aprofundando desigualdades históricas. Como aponta Rolnik (2015), a financeirização da terra e da moradia redefine o papel do Estado, deslocando-o de agente regulador para facilitador da circulação de capitais, ao mesmo tempo em que fragiliza os mecanismos de garantia do direito à cidade.

Nesse cenário, o planejamento urbano e os projetos arquitetônicos deixam de ser compreendidos como práticas neutras, assumindo papel ativo na mediação – ou intensificação – dos conflitos socioespaciais. Intervenções orientadas por lógicas globais de valorização tendem a impor modelos urbanos padronizados, frequentemente desconectados das práticas sociais locais, convertendo territórios populares em ativos simbólicos e econômicos. Em cidades como Belém, esse processo se manifesta de forma particularmente sensível, uma vez que incide sobre áreas historicamente ocupadas por economias populares, mercados informais e práticas vernaculares profundamente enraizadas no cotidiano urbano como vimos nos últimos anos os projetos apresentados à Prefeitura sob a justificativa de restaurações no Ver-o-Peso.

Assim, a produção capitalista do espaço não apenas reorganiza a cidade, mas redefine os limites do que é considerado legítimo enquanto uso urbano. A persistência de territórios como o Ver-o-Peso evidencia, contudo, que tais processos não se dão sem resistência. Ao manter práticas baseadas no valor de uso, esses espaços tensionam a lógica da mercantilização e revelam as contradições inerentes aos projetos urbanos orientados exclusivamente pela acumulação, reafirmando a cidade como campo permanente de disputa (Harvey, 2005; Rolnik, 2015).

3. ARQUITETURA VERNACULAR, TRADIÇÃO E PRÁTICAS INSURGENTES

A arquitetura vernacular, frequentemente associada a formas tradicionais ou pré-modernas de construção, deve ser compreendida não como um repertório fixo ou folclórico, mas como um conjunto dinâmico de práticas espaciais produzidas a partir da experiência cotidiana, dos saberes locais e da adaptação contínua às condições sociais, ambientais e econômicas. Nesse sentido, o vernacular não se restringe à materialidade da forma construída, mas engloba processos coletivos de produção do espaço que escapam às lógicas normativas do urbanismo institucionalizado.

Vellinga problematiza a noção de vernacular enquanto categoria estática, propondo entendê-la como prática contemporânea, situada e relacional. A compreensão da arquitetura vernacular como prática contemporânea implica reconhecer sua dimensão política. Ao organizar o espaço a partir do uso, da proximidade e da necessidade, essas práticas colocam em xeque os pressupostos da cidade funcional e mercantilizada. Diferentemente da arquitetura institucional, que opera a partir de normativas rígidas e de processos verticalizados de decisão, o vernacular urbano estrutura-se por meio de negociações cotidianas, ajustes incrementais e acordos coletivos, revelando uma racionalidade própria.

Nesse sentido, o Ver-o-Peso não pode ser lido apenas como um espaço residual ou informal, mas como um território produtor de urbanidade. Sua permanência evidencia que a informalidade não é ausência de ordem, mas expressão de outra lógica de organização espacial, baseada na reciprocidade, na adaptação ambiental e na centralidade do trabalho. Quando ocorre as intervenções nos espaços urbanos populares, não há um questionamento direto a essas pessoas que vivem e usufruem dessas áreas sobre o que realmente é necessário melhorar, retirar ou adicionar, o projeto já chega pré-moldado no regime sudestino, ignorando a existência de uma forma de ocupar instaurada que não é reconhecida. Essa leitura desloca a arquitetura vernacular do campo da exceção para o centro do debate sobre a cidade contemporânea, reconhecendo-a como forma legítima de produção do espaço urbano.

No contexto de Belém, o Complexo do Ver-o-Peso (figura 1) constitui um exemplo emblemático dessa permanência e atualização do vernacular urbano. Mais do que um mercado, o Ver-o-Peso é um território de práticas sociais densas, onde trabalho, moradia, circulação e cultura se sobrepõem. Ao contrário de leituras folclorizantes, essa arquitetura cotidiana expressa um modo de projetar coletivo, a disposição dos espaços, a organização das barracas, os fluxos de pessoas e mercadorias e os modos de ocupação cotidiana expressam um conhecimento acumulado ao longo de gerações.

Figura 1: Feira do Ver-o-Peso em Belém do Pará



Feira do Ver-o-Peso e o Mercado de Peixe ao fundo
Fonte: Site esse mundo é nosso, 2024

Compreender a arquitetura vernacular como prática contemporânea implica afastar leituras que a associam exclusivamente à tradição ou à informalidade como ausência de projeto. Conforme argumenta Vellinga (2011), o vernacular não deve ser interpretado como categoria residual, mas como produção espacial situada, capaz de dialogar com contextos urbanos complexos e em constante transformação. Essa perspectiva permite reconhecer as práticas vernaculares não como oposição simplista à arquitetura

institucional, mas como formas legítimas de produção do espaço urbano, dotadas de racionalidade própria.

Reconhecer essa dimensão evita tanto a romantização quanto a desqualificação do vernacular. Ao situá-lo no presente, como prática ativa e insurgente, torna-se possível compreender sua potência política frente aos processos de homogeneização urbana. Nesse sentido, as práticas vernaculares urbanas operam como formas de resistência cotidiana que afirmam o direito ao uso, à permanência e à produção coletiva do espaço, tensionando as lógicas dominantes da urbanização capitalista (Vellinga, 2011).

Figura 2: Feira do Ver-o-Peso em Belém do Pará



Escadaria da Feira do Ver-o-Peso
Fonte: Monique Renne, repórter fotográfica

Essas formas de produção do espaço podem ser compreendidas como práticas insurgentes, na medida em que contestam, ainda que de forma não institucionalizada, a hegemonia do valor de troca e da mercantilização urbana. Diferentemente dos grandes projetos urbanos, que operam a partir de uma lógica top-down, as práticas vernaculares insurgentes emergem de baixo para cima, criando fatos territoriais que afirmam o direito à cidade na prática cotidiana. A insurgência, nesse caso, não se manifesta necessariamente por meio de confrontos explícitos, mas pela persistência de usos, pela ocupação contínua e pela recusa em submeter o espaço exclusivamente à lógica do mercado (Figura 2).

Além do Ver-o-Peso, iniciativas de ocupação cultural e autogestão em áreas centrais de Belém, como na Cidade Velha, reforçam essa leitura. A reativação de edifícios ociosos por coletivos artísticos e comunitários evidencia a capacidade de ressignificação do espaço urbano a partir de práticas colaborativas, frequentemente à margem do planejamento oficial. Essas experiências demonstram que a cidade é permanentemente produzida e disputada, e que a arquitetura vernacular contemporânea constitui um campo ativo de resistência e invenção urbana.

Reconhecer essas práticas implica deslocar o olhar da arquitetura enquanto disciplina normativa para compreendê-la como parte de um processo social mais amplo. Esse deslocamento abre espaço para repensar o papel do arquiteto, não mais como autor exclusivo da forma, mas como agente capaz de atuar junto às comunidades na tradução, qualificação e fortalecimento dessas práticas espaciais.

4. O ARQUITETO COMO MEDIADOR E TRADUTOR TÉCNICO

A compreensão das práticas vernaculares e insurgentes impõe um reposicionamento ético e político da atuação profissional do arquiteto. Historicamente associado à figura do especialista e do autor individual, o arquiteto tem sido frequentemente mobilizado como agente técnico da produção capitalista do espaço, contribuindo, ainda que de forma indireta, para processos de exclusão e espoliação. Questionar esse papel exige repensar a mediação técnica não como neutralidade, mas como prática situada e comprometida.

A noção de mediação, neste contexto, refere-se à capacidade de articular saberes distintos – o saber técnico-institucional e o saber territorial-comunitário – sem hierarquizá-los. O arquiteto-mediador atua como tradutor entre linguagens, normas e interesses, tornando inteligíveis os dispositivos técnicos e legais que regulam a produção do espaço e ampliando o repertório de ação das comunidades. Essa mediação não elimina o conflito inerente à produção urbana, mas busca torná-lo visível e negociável.

A atuação do arquiteto enquanto mediador e tradutor técnico insere-se diretamente no debate sobre práxis e direito à cidade. Para Lefebvre (2001), o direito à cidade não se restringe ao acesso físico ao espaço urbano, mas envolve a possibilidade efetiva de participação na sua produção e transformação. Nesse sentido, a mediação técnica assume caráter político, na medida em que pode ampliar – ou restringir – as capacidades coletivas de ação sobre o território.

A assessoria técnica popular constitui um dos campos privilegiados dessa atuação mediadora. Conforme discute Bonduki (2014), ao atuar junto a comunidades e movimentos sociais, o arquiteto desloca seu papel tradicional de autor para o de facilitador de processos coletivos, oferecendo suporte técnico sem impor soluções formais pré-definidas. Essa prática tensiona as hierarquias tradicionais do saber técnico, reconhecendo os conhecimentos locais como parte constitutiva do processo projetual.

Ao traduzir normas urbanísticas, elaborar representações acessíveis e mediar negociações institucionais, o arquiteto amplia o repertório de ação das comunidades frente aos dispositivos de controle e mercantilização do espaço. Essa mediação não elimina o conflito inerente à produção urbana, mas o torna legível e politicamente disputável. Trata-se, portanto, de uma prática situada, que exige posicionamento ético

explícito e compromisso com a reprodução da vida urbana, em oposição à neutralidade técnica frequentemente reivindicada pela prática profissional convencional (Lefebvre, 2001; Bonduki, 2014; Ferro, 2006).

Autores como Sérgio Ferro e John Turner contribuem para essa reflexão ao criticar a separação entre concepção e execução e ao defender a centralidade dos usuários nos processos de produção do habitat. Turner, ao analisar experiências de autogestão habitacional, demonstra que a qualidade do espaço não depende exclusivamente da expertise técnica, mas da capacidade dos sujeitos de controlar as decisões sobre seu ambiente. Já Ferro evidencia como a prática arquitetônica tradicional tende a reproduzir relações de dominação ao se afastar dos processos construtivos e sociais.

No contexto latino-americano, a noção de assessoria técnica popular, discutida por Nabil Bonduki, oferece um campo concreto de atuação para essa mediação. A assessoria técnica propõe uma prática profissional comprometida com o interesse social, na qual o arquiteto atua como facilitador de processos coletivos, oferecendo suporte técnico sem impor soluções formais pré-definidas. Trata-se de uma prática que reconhece o valor dos saberes locais e busca qualificá-los, não os substituir.

Em Belém, a atuação do arquiteto como mediador mostra-se particularmente relevante diante da coexistência de territórios mercantilizados e espaços de resistência vernacular. Ao atuar junto a comunidades, coletivos e iniciativas autogestionadas, o arquiteto pode contribuir para a formalização estratégica de práticas existentes, para a negociação com o poder público e para a construção de alternativas urbanas que não se limitem à lógica do mercado. Essa atuação exige, contudo, uma postura ética clara e o reconhecimento de que toda intervenção espacial é, em última instância, política.

A mediação, portanto, não se configura como um lugar intermediário neutro, mas como uma tomada de posição ao lado da reprodução da vida e do valor de uso. Ao assumir o papel de tradutor técnico, o arquiteto amplia sua relevância social e reconecta a disciplina às dinâmicas reais da cidade, contribuindo para a construção coletiva do direito à cidade.

A mediação exercida pelo arquiteto não se limita à tradução técnica de demandas sociais em soluções projetuais. Trata-se de uma atuação que envolve negociação política, leitura crítica das normas urbanísticas e reconhecimento das assimetrias de poder que atravessam o processo de produção do espaço. Ao atuar como mediador, o arquiteto assume a responsabilidade de tornar acessíveis instrumentos técnicos e legais historicamente monopolizados por agentes do capital e pelo Estado.

Essa atuação aproxima-se do que Lefebvre compreende como práxis: uma ação consciente e reflexiva que articula teoria e prática na transformação do espaço social. O arquiteto-mediador, ao invés de impor formas ou modelos, contribui para a construção coletiva de alternativas espaciais, operando como catalisador de processos já

existentes no território. Essa postura exige a renúncia ao protagonismo autoral e a adoção de uma ética profissional orientada pela escuta, pelo conflito e pela corresponsabilidade.

No contexto das práticas vernaculares urbanas, a mediação técnica pode fortalecer iniciativas de resistência ao oferecer suporte para sua permanência e legitimação, sem descaracterizá-las. A tradução de normas, a elaboração de projetos mínimos, a mediação institucional e a visualização de cenários possíveis tornam-se ferramentas estratégicas para ampliar a capacidade de ação das comunidades frente aos processos de mercantilização e expulsão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da produção do espaço urbano em Belém, a partir do contraste entre a Estação das Docas e o Complexo do Ver-o-Peso, evidencia as contradições estruturais da urbanização capitalista contemporânea. A leitura proposta por David Harvey revela os mecanismos de espoliação e mercantilização que orientam grande parte das intervenções urbanas, demonstrando como o espaço se converte em instrumento de acumulação e exclusão. No entanto, a permanência de práticas vernaculares e insurgentes indica que a cidade não é produzida apenas pelo capital, mas também por formas cotidianas de resistência e reinvenção.

Ao reconhecer a arquitetura vernacular como prática viva e contemporânea, o artigo busca deslocar a compreensão da tradição para além da dimensão formal, enfatizando os processos coletivos de produção do espaço baseados no uso, na cooperação e na reprodução da vida. Essas práticas, longe de representarem um resíduo do passado, constituem alternativas concretas à urbanização neoliberal e apontam para outras possibilidades de urbanidade.

Nesse contexto, o arquiteto é convocado a repensar sua atuação profissional, assumindo o papel de mediador e tradutor técnico entre saberes distintos. A mediação, entendida como prática ética e política, permite que o conhecimento técnico seja colocado a serviço das demandas coletivas, fortalecendo a autonomia dos grupos sociais e ampliando suas capacidades de intervenção no espaço urbano. Trata-se de um reposicionamento que não nega a técnica, mas a reinsere em um projeto social mais amplo.

Conclui-se que o direito à cidade não se constitui como um dado, mas como um processo contínuo de disputa e construção coletiva. A arquitetura, se pretende manter sua relevância social, deve assumir essa condição conflitiva e engajar-se nas frestas do urbano, contribuindo para a construção de cidades mais justas, diversas e enraizadas em seus territórios.

Ao reconhecer o arquiteto como mediador e tradutor técnico, este artigo propõe uma ampliação do campo disciplinar da arquitetura, reconectando-o às lutas concretas pela cidade. Em contextos como o de Belém, onde práticas vernaculares e processos de espoliação coexistem de forma intensa, a atuação arquitetônica comprometida com o valor de uso torna-se não apenas desejável, mas necessária. A arquitetura, nesse sentido, deixa de ser instrumento de consolidação da cidade-mercadoria para se afirmar como prática crítica, situada e socialmente engajada.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.

FERRO, Sérgio. O canteiro e o desenho. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

TURNER, John F. C. Housing by people: towards autonomy in building environments. London: Marion Boyars, 1976.

VELLINGA, Marcel. The end of the vernacular: anthropology and the architecture of the other. *Etnofoor*, v. 23, n. 1, p. 171–192, 2011.